



MUNICÍPIO DE CABRÁLIA PAULISTA

Estado de São Paulo
CNPJ: 46.137.469/0001-78



DECRETO Nº 034/2021, DE 31 DE MARÇO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA PARCERIAS CELEBRADAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.

Considerando a necessidade de monitorar e avaliar as parcerias celebradas entre a Administração Pública e a Organização da Sociedade Civil nos termos dos artigos da Lei 13.0204/15;

E em cumprimento a nomeação que trata XI do Art.1º, e § 1º do art. 27 da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014.

Decreta:

Art. 1º Designa como membros para monitorar e avaliar as parcerias firmadas entre a Administração Pública – (nome da secretaria) e as Organizações da Sociedade Civil, os seguintes servidores ou Conselheiros:

- I – Presidente: ELAINE APARECIDA DA SILVA, Psicóloga;
- II – Membro: ELIZANGELA APARECIDA FERNANDES, Secretaria;
- III – Membro: ELIANA MARTINS, Assistente Operacional;
- IV – Suplente: EDNEIA CORREIALEITE MALMONGE, Auxiliar Odontológico;

Art. 2º Este decreto deve ser identificado nos termos de fomento e de colaboração firmados com as Organizações da Sociedade Civil.

§ 1º A nomeação dos membros deve manter pelo menos 2 funcionários como cargo efetivo e cumprido o estágio probatório.

§ 2º O servidor nomeado está impedido de participar desta comissão, em caso específico, se nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos 1(uma) das entidades em disputa.



MUNICÍPIO DE CABRÁLIA PAULISTA



Estado de São Paulo
CNPJ: 46. 137.469/0001-78

§ 3º Fica impedido de compor a comissão, servidor que tenha parentesco de dirigentes ou membros da diretoria da entidade, inclusive de seus cônjuges ou companheiros, bem como se for parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

§ 4º Confirmada a relação de que trata os §§ 2º e 3º deste artigo, o membro da comissão deve manifestar pela sua substituição por outro servidor ou conselheiro caso esteja impedido ou impossibilitado de assumir as funções que a Comissão necessita.

§ 5º Constatada as irregularidades previstas nos § 2º e § 3º, todos os Atos da Comissão, relativamente aquele certame, torna-se nulos.

§ 6º Os efeitos deste decreto, conforme o caso, estendem aos aditivos das parcerias.

Art. 3º Compete a Comissão de Monitoramento e Avaliação homologar os relatórios técnicos de monitoramento elaborados pelo gestor, conforme previsto no art. 59 da Lei 13.019/14.

§ Único. A Comissão de monitoramento e Avaliação poderá vistoriar e fiscalizar a parceria no local onde se realiza o objeto, sem descaracterização das funções do Gestor.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor e seus efeitos a partir de 1º de Abril de 2021.

ODEMIL ORTIZ DE CAMARGO

Prefeito Municipal